

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Joseilson Jales Alves

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN

joseilson.jales@hotmail.com

Mariana de Lima Dantas

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN

mariana.l.dantas@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho proporciona uma reflexão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Objetivamos analisar a política de inclusão e os seus reflexos no processo ensino e aprendizagem e analisar as discussões acerca desse assunto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa da cidade de Taboleiro Grande/RN. A pesquisa pautou-se nos pressupostos teóricos de Araújo (2003), Brasil (1961), Brasil (1996), Gadotti (1994), Picoli (2008), Souza (2009) que apresentam o PPP como documento indispensável numa unidade escolar que visa atender com qualidade o alunado. Ademais, diagnosticou-se, através de uma análise entre teoria e prática, como se desenvolve o ensino regular numa perspectiva de inclusão na referida instituição e como são realizados os acompanhamentos na sala de AEE. Dessa forma, constatamos que a escola está cumprindo, em parte, seu papel no que tange ao processo de inclusão desse alunado no ensino regular, porém ainda há mudanças necessárias para a emancipação dos alunos com necessidades especiais. Com a elaboração dessa pesquisa, pudemos compreender a importância do PPP numa escola que busca qualidade e equidade no ensino e constatamos que é bastante desafiador o sucesso de todos os alunos, porém não é algo ilusório, mas possível de acontecer, basta que haja uma colaboração de todos em prol da educação.

Palavras-Chave: Projeto político pedagógico, educação especial, inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 – LDB 4.024/61 assegura a matrícula de alunos com deficiências, nas escolas de ensino regular. Segundo essa lei, “a educação de excepcionais deve, ao que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961, Art. 33).

Segundo Souza (2009) “somente a partir da década de 1990 é que há um aumento das matrículas dessas crianças nas escolas de ensino regular”, pois antes, elas eram direcionadas à instituições específicas e à classes especiais, não estudando com os demais alunos. Depois da década de 90, vê-se um crescente aumento de matrículas desses alunos no ensino regular. Mediante essa realidade, novas práticas deveriam ter sido adotadas, o que nem sempre ocorreu.

Na LDB 9.394/96 acerca da educação especial temos: no inciso 1º, do artigo 58, diz: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Dessa forma, compreendemos que se faz necessário organizar um currículo que atenda a essa realidade, buscando incluir ao máximo esses alunos no ensino regular, adaptando-os no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse novo processo organizacional da instituição escolar, as ações desenvolvidas devem ser documentadas apoiadas pelo Projeto Político Pedagógico (PPP), este que é produzido de forma coletiva. A partir do PPP, a escola tem um suporte em suas práticas, pois nesse documento está inserido, de maneira organizada, todas as ações para superar as dificuldades presentes no que concerne a comunidade escolar, sendo indispensável o conhecimento daquilo que está contido no documento. Esse é de grande relevância e deve ser vivenciado durante todo o período letivo, não sendo apenas produzido para ser consultado, mas como suporte que visa alcançar os objetivos de um ensino qualitativo.

Uma das grandes características do PPP é proporcionar aos alunos a qualidade e a igualdade de ensino, para que haja desenvolvimento da linguagem e, sobretudo, do pensamento crítico, evitando ao máximo as reprovações e atrasos na escolaridade das crianças. Para que se concretize o que se objetiva nas propostas do PPP, a escola deve ser politicamente ativa, buscando proporcionar aos professores recursos e meios de inovações para suas atuações em sala de aula e, além disso, avaliar o trabalho e o desenvolvimento dos alunos a partir do que está sendo trabalhado com as atividades.

Nessa perspectiva, a avaliação é necessária, pois levará à todos os envolvidos a refletirem e a diagnosticarem se o teor contido no PPP tem alcançado seus objetivos, a saber, se as ações da escola são suficientes para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento dos alunos. Ao avaliar, poder-se-á pensar em novas propostas de atuação, e a oportunidade de adaptarem-se à realidade dos alunos e da própria escola. Dessa forma, saber-se-á se o PPP tem atendido aquilo que propõe e, ademais, programar periodicamente revisões para que se estabeleçam novas propostas.

Com isso, nosso trabalho objetiva apresentar a importância do PPP na escola e enfatizar o teor dado a educação especial. Como sabemos, as escolas nem sempre seguem aquilo a que se propuseram na construção deste documento e, em se tratando de educação especial, vemos que há um grande distanciamento e dificuldade de inclusão dos alunos num processo de ensino e aprendizagem que integre a todo o alunado numa mesma sala de aula.

Para desenvolvermos esta pesquisa, iniciou-se com a leitura do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa da cidade de Taboleiro

Grande/RN, visando observar de que forma o referido documento se articula com o propósito de ensino na modalidade de educação especial.

Após a análise do documento, aplicou-se um questionário entrevista a um professor, no intuito de permitir o levantamento de dados que possibilitem a reflexão sobre o tratamento dado aos alunos especiais numa perspectiva de inclusão no ensino regular.

Para tanto, abordaremos no primeiro ponto a seguir, considerações relevantes de estudiosos que definem o PPP, desde aquilo que se deve conter na elaboração do documento até a relevância da prática educacional.

Depois de discutirmos o projeto, suas implicações na educação e importância para a escola, analisaremos o PPP da referida instituição e, conseguinte, um questionário.

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

Compreende-se que o PPP é de grande relevância por se tratar de um documento que norteia os trabalhos escolares e cujo elemento essencial é o fortalecimento do currículo. Assim sendo, faz-se necessário conhecê-lo, discuti-lo e reformulá-lo sempre que necessário, pois este deve acompanhar as políticas educacionais vigentes, levando em consideração as transformações histórico-culturais pelas quais a sociedade encara.

O PPP é, ainda, um documento que se apresenta como instrumento emancipatório, uma vez que os conhecimentos nele contidos e defendidos terão maior possibilidade de serem ensinados e aprendidos, cumprindo assim, seu papel social e democrático. Contudo, percebemos que sua significância vai mais além, como diz VEIGA (1998):

[...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 1998, p.01)

Nessa perspectiva, compreendemos o quanto é importante não só participar da elaboração desse documento, mas da execução daquilo que se propôs, a fim de avaliar se esse ou aquele plano obteve êxito, buscando aprimorá-lo sempre que necessário, caso não atinja o objetivo. Sabemos que na prática não é isso que acontece nas nossas escolas, pois infelizmente, o PPP é mais tratado como algo burocrático e informativo, apenas. Na verdade,

nem sempre se é produzido com toda a comunidade escolar, ficando a cargo apenas da secretaria municipal, supervisão pedagógica e direção escolar.

O PPP busca uma direção, com objetivos bem definidos e, principalmente, de forma coletiva. Assim sendo, ele é político porque se propõe a formar cidadãos conscientes e críticos para uma sociedade que se transforma a cada dia. Nesse sentido, entendemos o quanto a educação da atualidade é desafiadora, pois, como apresenta PICOLI (2008):

A educação na atualidade nos impõe desafios a exemplo da violência presente em muitas escolas. Há anos os professores chamam a atenção para este problema que tem se agravado, como podemos constatar nas falas dos professores, pedagogos, diretores e pela mídia. (PICOLI, 2008, p.05)

Como podemos observar, a professora diagnosticou isso há dez anos, mas que vem se intensificando cada vez mais nos últimos anos, como é o caso da violência presente nas escolas, fator que prejudica o bom andamento das práticas pedagógicas. Nesse sentido, é bastante desafiador preparar o alunado para as relações sociais, uma vez que nos deparamos com muitas desigualdades, não apenas financeiras, mas de valores.

Tais desafios nos leva a fazer alguns questionamentos: Os PPPs desenvolvidos nas escolas atendem de fato aos anseios da sociedade atual? Realmente é coerente o que se propõe com aquilo que se executa? Na produção do projeto, a comunidade participa realmente? E os demais segmentos da sociedade, estão preocupados com esses problemas? Se unem à escola e buscam-se alternativas eficazes para mudar uma realidade desastrosa?

Mediante esses questionamentos, somos levados a compreendermos melhor o nosso objeto de estudo: o Projeto Político Pedagógico numa percepção de gestão democrática. Para tanto, apresentaremos conceitos que discutem muito bem essa concepção democrata.

No que se refere ao termo projeto, GADOTTI (1994) vai dizer que:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função de promessa que cada projeto contem de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores [...] (GADOTTI, 1994, p. 579)

Desse modo, compreendemos que devemos sair da zona de conforto, encarar as dificuldades e buscar meios de superá-las. Quando se projeta, se objetiva alcançar resultados,

sabendo que nem sempre serão positivos. Dos diagnósticos se projetarão novos planos, assim sendo, rupturas surgirão e o processo de ensino e aprendizagem vai se modificando e melhorando na medida em que se reinventa o fazer pedagógico.

O termo político, por sua vez, segundo PICOLI (2008):

[...] relaciona-se ao sentido de exercer a política de cuidar do que é público, ter habilidade no trato das relações humanas, bem governar. Politizar na escola é inculcar nos seus alunos e demais membros que a constitui a consciência dos direitos e deveres dos cidadãos. A ação política promove a concentração de pessoas ao redor de ideais, é essencialmente democrática. (PICOLI, 2008, p. 06)

Como sabemos, o ser humano se relaciona de forma intencional na sociedade, sendo assim, torna-se um ser político, pois suas relações envolvem ideologias. No âmbito escolar não é diferente, uma vez que se propõe a desenvolver cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres perante a comunidade em que se está inserido.

O PPP é pedagógico por pensar nas soluções possíveis para exercer na escola diante das dificuldades presentes, na tentativa de organizar e educar a comunidade escolar. Araújo (2003, p.73) diz que “os projetos pedagógicos configuram-se como um espaço organizado para o desenvolvimento profissional ao estabelecer critérios que orientam a prática educativa”, portanto, deve-se propor no PPP ações de intervenção aos professores, para que estes possam organizar-se melhor e, conseqüentemente, melhorem a prática educativa.

Os projetos pedagógicos propostos no PPP devem possuir metas a serem alcançadas. Por isso, é importante que na elaboração do PPP contemplem-se as diferentes visões sobre a realidade dos alunos e da escola.

Portanto, o PPP é político, mas também, pedagógico. Ficando claro que a relação do político com o pedagógico é necessária para que haja reflexões e discussões sobre como lidar com os problemas da escola, tentando ao máximo inserir soluções e trabalho coletivo, para que sejam favoráveis para construção de uma boa cidadania.

3 O PPP E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O PPP da Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa (EMACB) tem por objetivo garantir aos alunos uma educação voltada à aspectos relevantes para a formação enquanto estudante e ser humano, e estes objetivos devendo ser adotados e trabalhado no cotidiano da

escola. Observa-se, então, a preocupação de levar projetos que visem a participação de toda a comunidade na escola.

A escola recebe um público de 1º a 9º ano do ciclo fundamental. Conseqüentemente seu PPP deve se adequar à realidade de todos os alunos, para que estes sejam atendidos de maneira igualitária. Então, os objetivos do documento da escola regem por um lado humanitário a fim de desenvolver os alunos socialmente, tornando-os seres críticos reflexivos, para que não se desviem dos laços estudantis. Para tanto, são elaboradas, sempre que necessário, alternativas que diminuam conseqüências negativas tanto para estes quanto para a escola.

Há também a preocupação em relação ao trabalho que deve ser desenvolvido pelos professores. A escola reconhece a necessidade de formação continuada para que se tenham profissionais habilitados para um ensino cada vez mais qualificado.

A infraestrutura da escola dispõe de uma qualidade regular, por oferecer conforto aos alunos, inclusive acessibilidade a pessoas com deficiências físicas, e aos professores por oferecer recursos para desenvolver os devidos trabalhos. O que acaba por estimular a todos os indivíduos a se inserirem nas atividades. Como sabemos, muitas escolas são limitadas ainda tanto na acessibilidade quanto na questão material, porém, na referida escola há uma sala com materiais específicos para suporte do professor, o que é algo positivo.

O PPP da instituição campo de pesquisa frisa muito bem a necessidade de se reconhecer que o ensino deve ser inclusivo, considerando as especificidades de cada aluno, como exposto nessa citação:

“A aprendizagem é de fundamental importância sendo que, é preciso considerar as diferentes características, interesses, habilidades e as limitações de cada educando. É preciso conhecer as particularidades do outro para então orientá-lo de maneira consciente e adequada. Observar a forma como o estudante se desenvolve, brinca, aprende, age e reage aos estímulos e como interaciona no meio em que o cerca para melhor entendê-lo e intervir positivamente.” (Projeto Político Pedagógico “EMACB”, p. 18)

Diante disto, é notório que o PPP da escola tenta ao máximo se adequar as particularidades de cada aluno, e isto faz então perceber a preocupação da escola em atender ao que realmente se vislumbra no projeto político pedagógico, ou seja, ser político, igualitário a todos, incluindo-os como proposto nas leis educacionais.

Como dito, a avaliação é um importante instrumento para analisar o que é feito. No PPP da EMACB, p. 24 expõe que:

A avaliação da aprendizagem na Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa é entendida como parte do processo de ensinar e aprender, por isso representa um momento de análise e apropriação diagnóstica do trabalho escolar, ganhando carácter formativo, uma vez que redimensiona o planejamento do professor e conseqüentemente sua prática. E assim são averiguados o alcance e a abordagem dos objetivos constantes do planejamento, com a finalidade de redirecionar o trabalho pedagógico e garantir o alcance da finalidade educativa que os orienta.”

Conforme dito, o professor e a escola devem avaliar suas ações, porque a avaliação é importante para a qualificação do serviço prestado. Ademais, observar o que está sendo negativo e positivo diante da prática e a partir desta avaliação tanto a escola como o professor poderão desenvolver ações que sejam eficazes para melhorar o ensino e aprendizagem.

No PPP do referido centro educacional se faz uma ressalva no tocante ao acompanhamento de profissionais para que se obtenha um diagnóstico formal a respeito da necessidade especial apresentada pelo aluno. A escola assegura que “estabelece critérios que visam beneficiar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos”.

Segundo o PPP da EMACB, o atendimento se dá em contra turnos e com uma carga horária de 45 minutos e dois dias por semana para cada discente. A distribuição é feita pela professora responsável e, no que se refere ao planejamento, diz-se que é feito semanalmente juntamente com os demais professores do ensino regular.

Mediante o que diz o documento, fomos a campo para constatar se realmente o processo de inclusão existe e como são desenvolvidas na prática, as atividades voltadas aos alunos com alguma deficiência constatada.

4 O AEE E O ENSINO REGULAR NA EMACB

As escolas da atualidade devem trabalhar numa perspectiva de inclusão de pessoas com necessidades especiais, seja mental, auditiva, motora, física e etc. Tais alunos são excluídos das atividades regulares e, é missão da escola, incluí-los no seio da sociedade. É uma incumbência desafiadora e que requer esforços de toda a comunidade escolar.

Como já discutimos nesse trabalho, as primeiras leis de inclusão das pessoas com alguma deficiência estão contidas na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/ 9.394/1996). Nesses documentos é consolidado o direito da educação a todos, sendo o Estado o responsável por garanti-lo.

Mediante isso, a escola deve se organizar para atender a essa demanda que vai surgindo, isso implica também na necessidade de formar profissionais que atenda-os com qualidade e que consigam oferecer um atendimento com equidade, assegurando-lhes condições necessárias para a permanência e aprendizagem.

Para melhor diagnóstico, fomos à Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa e, através de questionamentos, norteamos a pesquisa, tanto com a direção quanto com a professora responsável pela sala de AEE.

Para tanto, fizemos os seguintes questionamentos: Na escola há sala de aula para o atendimento especializado? Está em funcionamento? A escola possui professor responsável pelos atendimentos especiais? Se sim, como ocorre o atendimento? O professor responsável pelo atendimento especializado participa da elaboração do PPP? Os alunos diagnosticados com alguma necessidade especial são inseridos em salas de aulas regulares? Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem nessas salas com essa realidade?

A escola conta com uma sala de atendimento especializado e atende 22 alunos. Essa sala encontra-se em pleno funcionamento e atende aos alunos em contra turnos, buscando cumprir com eficiência a necessidade de inclusão desses alunos no ensino regular.

Esse atendimento especializado conta com a atuação de uma pedagoga, especialista em “formação do educador”. Como já mencionado, o acolhimento ocorre em contra turnos e com um aluno por vez, com um tempo de 45 minutos para cada atendimento.

Segundo a própria especialista, é de fundamental importância a construção do PPP e sua efetiva participação nela indispensável, uma vez que, esses alunos precisam de uma intervenção maior no processo de aprendizagem e, se faz necessário, buscar meios de ensino que sejam satisfatórios e lhes assegure qualidade. Para tanto, a professora busca atender a essa demanda e relata suas maiores dificuldades para que busquem traçar melhores metodologias para um ensino de inclusão. No processo de aprendizagem deles, faz uso de uma gama de materiais lúdicos. Como observamos, a sala é bastante suprida de materiais para um atendimento especializado, o que é bastante positivo.

Os alunos atendidos pela sala de AEE estão inseridos nas salas regulares, contudo, como observamos, só há um atendimento especializado na sala de AEE. Os demais professores não atende-os de maneira “inclusiva” no que se refere a mediação dos conteúdos. Alguns são diagnosticados, por exemplo, com algum transtorno do cérebro, dificuldades na visão e distúrbios comportamentais. Diante disso, percebemos que há uma ineficiência ainda no ensino regular no sentido de inclusão, pois não podemos pensar em equidade no ensino

com a inserção desses alunos apenas nas salas de aulas sem terem um acompanhamento adequado.

Portanto, faz-se necessário desenvolver metodologias de ensino que visem à inclusão, pois não faz sentido termos os mais diferentes alunos numa mesma sala de aula sem que a aprendizagem seja garantida, pois nessa realidade, pudemos perceber que apenas os alunos sem necessidades especiais participam da aula e, conseqüentemente, das atividades propostas pelos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização desta pesquisa, foi possível alcançar os objetivos propostos de analisar o Projeto Político Pedagógico da escola municipal Abraão Cavalcante Bessa no que tange às suas políticas de inclusão e os seus reflexos no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Observou-se como se dá o acompanhamento dos alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem decorrente de alguma deficiência. Ademais, analisamos o cotidiano desses alunos especiais, verificando se a referida escola realmente é um espaço inclusivo.

Tanto a legislação quanto os textos pesquisados evocam a importância de se produzir um Projeto Político Pedagógico que norteie o ensino e busque renovação periodicamente para que tenhamos uma aprendizagem qualitativa e que busca inclusão social.

Compreende-se que isso não é tarefa apenas da instituição escolar, mas de toda a comunidade com o auxílio de pais, funcionários e profissionais de todas as áreas da sociedade, debatendo ideias e buscando meios de alcançar as metas sugeridas no documento produzido por todos, a saber, o PPP.

Nesse processo de ensino e aprendizagem, o professor é um agente determinante e deve ser preparado adequadamente, numa formação continuada, para que o conhecimento seja bem mediado.

A partir do estudo, percebe-se que nem todos os professores estão, de fato, preparados para uma educação inclusiva, pois não têm uma formação que lhes traga segurança para tal. Diante dessa realidade, percebemos o quanto é fundamental uma formação continuada para o profissional da educação, pois ele trabalha com um público de alunos bastante diversificado.

Portanto, diagnosticamos que, no que se refere ao atendimento oferecido pela AEE, a escola tem desenvolvido um bom trabalho, pois considera as especialidades dos alunos e busca o atendimento também por outros profissionais, contudo, no que tange às salas

regulares, percebemos uma ineficiência, pois não são consideradas as especificidades dos alunos no tocante ao desenvolvimento de algumas atividades, podendo ser estudado, pesquisado, por produções futuras. Com a elaboração dessa pesquisa, pudemos compreender a importância do PPP numa escola que busca qualidade e equidade no ensino e constatamos que é bastante desafiador o sucesso de todos os alunos, porém não é algo ilusório, mas possível de acontecer, basta que haja uma colaboração de todos em prol da educação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. S. **Da formação e do forma-se: a atividade de aprendizagem docente em uma escola pública.** São Paulo, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei 9394/96, 20 dezembro, 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal, 1996.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico.** O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. Porto Alegre, 1994.

PICOLI, E. S. A. **Projeto Político Pedagógico: uma construção “coletiva”?**. Maringá, 2008.

BESSA, E. M. A. C. **Projeto Político Pedagógico.** Taboleiro Grande, 2015.

SOUZA, F. D. de. **Análise do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva.** Marília, São Paulo, 2009.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva.** Campinas, 1998.